

A INCLUSÃO NO ENSINO PÚBLICO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

INCLUSION IN PUBLIC EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR QUALITY EDUCATION



CÁSSIA APARECIDA GOMES

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Dottori (2009); Especialista em Jogos e Brincadeiras, pela Faculdade Abrange ABC – Fabrange (2025); Professora de Educação Infantil e Fundamental, na EMEI Margareth de Fátima Marques de Azevedo.

RESUMO

No cenário educacional atual discute-se a proposta que busca permitir o acesso ao saber por todas as minorias excluídas. É neste sentido que o panorama da Inclusão permeia o cotidiano das discussões nas escolas. Neste contexto, o presente trabalho trata do Processo de Inclusão de alunos na Educação Infantil. Envolve pesquisa de revisão sobre a literatura da inclusão, da educação infantil e das diretrizes para implementação e condução do processo. O conceito de Inclusão é abordado e fundamentado pela legislação em vigor: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração de Salamanca, a L.D.B. (Lei de Diretrizes e Bases) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica e a Convenção de Guatemala; o panorama atual da Educação Infantil situa e define as políticas públicas desta modalidade de ensino, traz ainda a concepção de infância e proposta de atividades diferenciadas para a atuação pedagógica. Evidencia-se a escola pública como local privilegiado do ensino de caráter social, não excludente e democrático, desde a Educação Infantil, quando o processo de ensino e aprendizagem está se iniciando e a identificação de possíveis deficiências conjuntamente com intervenções adequadas podem significar maiores chances de muitas crianças obterem êxito escolar.

Palavras-chave: Aprendizagem; Distúrbios; Educação Infantil; Inclusão.

ABSTRACT

In the current educational landscape, there is ongoing discussion regarding proposals aimed at granting access to knowledge for all excluded minority groups. Consequently, the concept of inclusion permeates daily discourse within schools. Against this backdrop, the present study addresses the process of student inclusion in early childhood education. It involves a literature review covering inclusion, early childhood education, and the guidelines for implementing and managing this process. The concept of inclusion is examined and grounded in current legislation, including the Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent, the Salamanca Statement, the LDB (Law of Directives and Bases for National Education), the National Guidelines for Special Basic Education, and the Guatemala Convention. The study also outlines the current landscape of early childhood education, defining public policies for this educational stage and presenting concepts of childhood alongside proposals for differentiated pedagogical activities. Public schools are highlighted as key settings for a social, democratic, and non-exclusionary approach to education—starting in early childhood, a crucial period when the teaching-learning process begins and when the identification of potential disabilities, coupled with appropriate interventions, can significantly improve many children's chances of academic success.

Keywords: Learning; Disorders; Early Childhood Education; Inclusion.

INTRODUÇÃO

A Inclusão é um processo complexo, cheio de imprevistos, novidades e dúvidas, sua implementação depende de mudanças radicais no paradigma atual de ensino.

A escolha do tema Inclusão pauta-se numa crescente mudança na escola com a finalidade de acolher melhor todos os estudantes, numa educação de aceitação das diferenças e verdadeiramente democrática.

Na Educação Infantil o Processo de Inclusão deve ser iniciado, implica em efetivar o que é garantido por legislação e possibilitar intervenções precoces em casos que possam surgir nos primeiros anos da vida escolar.

A análise da prática inclusiva contribui para que haja uma reflexão sobre a importância de existir um compromisso com o Processo de Inclusão na Educação Infantil com vistas a evitar comprometimentos futuros mais sérios na vida escolar de alunos com Distúrbios de Aprendizagem.

O Processo de Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais na Rede Regular do Ensino Municipal é uma realidade que vem crescendo, se ampliando e se adequando desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases 9394, de 1996. A Inclusão surge como um dos meios de responder ao objetivo fundamental da educação e da escola em atender as necessidades diversificadas de seus alunos.

Para que obtenção um estudo mais completo, algumas questões foram inicialmente levantadas: Qual é o conceito de Inclusão? Quais são as Leis que garantem o processo?

Objetivando responder a estas questões é que o trabalho foi realizado e complementado com as abordagens pertinentes à Educação Infantil Municipal.

Este artigo pretende investigar como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil.

Os estudos poderão demonstrar o ganho muito maior em termos de aquisição de conhecimento, autonomia e maior potencial de uma vida socialmente saudável e independente, para aqueles que

conseguem inserção no ensino regular. Os antecedentes desse projeto estão em pesquisas e publicações que procuram orientar a atuação de educadores frente a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais nas salas de aula regulares.

O desenvolvimento do trabalho será com foco na qualidade do atendimento inclusivo.

Os objetivos específicos são de: Conhecer a sistemática de inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil da rede municipal de São Paulo, através de pesquisa em documentos legais; Coletar dados da inclusão nas Unidades Educacionais infantis do município de São Paulo; Esclarecer quais são os recursos humanos e materiais utilizados para que ocorra a inclusão; Demonstrar recursos necessários que estão ou não presentes no cotidiano; Conhecer as necessidades dos docentes que trabalham com as crianças em termos de formação, estrutura física e material; Conhecer a estrutura oferecida na rede pública de São Paulo.

O tema foi escolhido por sua abrangência, por acreditar que indivíduos com necessidades especiais inseridos de forma efetiva na sociedade transformam-se em adultos bem resolvidos, com condições de alcançar a independência possível, dentro das capacidades de cada um.

O critério de escolher a alternativa mais abrangente do estudo, é a opção para abordar a inclusão de crianças, com enfoque nos benefícios desse processo para a vida adulta.

Por meio de pesquisa preliminar, é possível constatar que no cenário educacional atual discute-se a proposta que busca permitir o acesso ao saber por todas as minorias excluídas. É neste sentido que o panorama da Inclusão permeia o cotidiano das discussões nas escolas.

O presente artigo envolverá pesquisa de revisão sobre a literatura da inclusão, referências da educação infantil e das diretrizes municipais para implementação e condução do processo. O conceito de Inclusão é abordado e fundamentado pela legislação em vigor, com o objetivo de analisar a consistência dessa proposta para a efetivação da educação inclusiva. Evidencia-se a escola pública como local privilegiado do ensino de caráter social, não excludente e democrático, desde a Educação Infantil, quando o processo de ensino e aprendizagem está se iniciando e a identificação de possíveis deficiências conjuntamente com intervenções adequadas podem significar maiores chances de muitas crianças obterem êxito escolar e social.

Pretende-se investigar como estaria sendo realizada a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular. Sabemos da importância da convivência para o desenvolvimento social de qualquer criança e é preciso descobrir como está ocorrendo esse processo nas escolas de nossa cidade de São Paulo.

CONCEITO DE INCLUSÃO

A inclusão escolar não se resume ao ingresso do aluno com deficiência no ensino regular. Trata-se de um processo amplo de transformação institucional e pedagógica, orientado pelo reconhecimento das diferenças humanas como parte constitutiva da experiência educativa.

A perspectiva inclusiva rompe com modelos excludentes e propõe uma escola capaz de adaptar-se às necessidades dos estudantes, garantindo-lhes participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Historicamente, o modelo integrador exigia que o aluno se adequasse às exigências da escola. Na inclusão, ocorre o inverso: é a escola que deve reorganizar-se para atender às singularidades dos educandos.

Esse paradigma exige revisão de práticas pedagógicas tradicionais e compromisso coletivo com a valorização da diversidade como princípio educativo.

Ao nível da escola, a inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais não significa uma mera transferência desse indivíduo da sala de aula ou escola especial para a sala de aula regular, mas sim uma mudança paragmática que resulte também em mudanças nas políticas, programas e serviços de apoio oferecidos a estes indivíduos. (CAVALCANTE, 2000)

A inclusão pode ser compreendida como um processo de intervenção que exige considerar as múltiplas dimensões da experiência humana. Por envolver diferentes sujeitos, contextos e realidades, sua efetivação apresenta elevado grau de complexidade, especialmente por se tratar de uma dinâmica marcada pela diversidade e pela pluralidade das relações estabelecidas no ambiente educacional (LOBO, 2003).

É sabido que todos os elementos legais incluídos na Constituição não garantem, automaticamente, a consecução de ações efetivas, porém, seguramente, constituem-se em instrumentos importantes de luta para as pessoas com deficiências. Não se pode negar a vitória alcançada através de lutas e manifestações sucessivas, para conseguir esses direitos legais. Sabe-se, também, que, se esses indivíduos culturalmente fossem considerados cidadãos, não haveria necessidade de cláusulas nem artigos específicos para eles. Tudo aquilo que se constitui como direito do cidadão naturalmente seria encarado como direito desses indivíduos, em consonância com o princípio da isonomia constitucional. Contudo, considerando-se a história, faz-se necessária uma transição para se alcançar esse ideal de igualdade de direitos. (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003)

A partir da Declaração de Salamanca, de 1994, desencadeadora do movimento mundial da Educação Especial, o atendimento educacional ao aluno com necessidades educativas especiais, ganhou outros direcionamentos. Preconiza-se para tal alunado atendimento escolar mediante sua inserção na classe comum da escola regular. Para tanto, temos de revelar o quadro escolar onde este aluno será inserido, considerando-se tanto seus profissionais quanto o seu personagem principal, o aluno com necessidades educativas especiais e sua família. (PICCHI, 2002)

A legislação brasileira assegura o direito à educação inclusiva por meio de dispositivos que consolidam a igualdade de acesso e permanência na escola.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos, assegurando atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o direito à educação sem discriminação.

A Declaração de Salamanca, de 1994, representa marco internacional ao defender escolas capazes de acolher todas as crianças independentemente de suas condições.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) consolida a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica reforçam a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis e acessíveis, enquanto a Convenção da Guatemala fortalece o combate à discriminação.

Embora robusto, esse conjunto legal ainda enfrenta dificuldades para efetiva implementação no cotidiano escolar.

A INCLUSÃO NO ENSINO PÚBLICO

Apesar dos avanços normativos, a realidade da escola pública revela contradições significativas.

Em muitos casos, o aluno é matriculado, mas não encontra condições adequadas de aprendizagem e participação efetiva.

Faltam adaptações curriculares, materiais acessíveis, acompanhamento especializado e infraestrutura apropriada.

Outro fator recorrente é o elevado número de alunos por turma, dificultando o atendimento individualizado e a elaboração de estratégias diferenciadas.

Observa-se, ainda, resistência de alguns profissionais diante da inclusão, geralmente associada à ausência de preparo técnico e ao sentimento de impotência frente às exigências da prática.

Contudo, experiências exitosas demonstram que, quando há formação adequada, apoio institucional e compromisso coletivo, a inclusão torna-se realidade possível e enriquecedora para toda a comunidade escolar.

O referencial que tem norteado a política educacional do atual governo da cidade de São Paulo é o desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas em sua riqueza e diversidade para o acesso às condições de produção do conhecimento e da cultura é imprescindível. Para tanto, a educação pode e deve possibilitar, no plano individual, a capacidade de compreensão das relações do homem com a natureza, a cultura e a sociedade. (Revista EducAção vol. 2, 2001)

Segundo CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA (2001), há necessidade da integração entre as diversas áreas públicas – Educação, Saúde, Bem-Estar Social – no planejamento e gestão de creches e pré-escolas. Entretanto, por uma série de motivos, a instância municipal é aquela que conta com melhores condições para promover essa integração.

Reconhecer as especificidades cognitivas e as particularidades de cada estudante constitui etapa essencial para a construção de práticas pedagógicas significativas. A partir desse conhecimento, torna-se possível articular diferentes saberes — científicos, filosóficos, tecnológicos e artísticos — de modo a atender às necessidades educacionais apresentadas, despertando novos interesses e favorecendo o desenvolvimento da curiosidade e da aprendizagem por meio da descoberta (Revista EducAção, v. 2, 2001). A escola, entretanto, é o espaço institucional onde as diferenças (de gênero, étnicas, culturais, biofísicas, cognitivas) devem ser consideradas e respeitadas de maneira permitir a construção da identidade de cada aluno para a realização de sua autonomia. As diferenças que definirem a individualidade e a identidade devem ser consideradas parte integrante do currículo. (Revista EducAção vol. 2, 2001)

A experiência social, cultural, afetiva e cognitiva dos educandos – definidora dessa identidade – deve se construir na referência fundamental a partir da qual o conhecimento deve ser construído. (Revista EducAção vol. 2, 2001)

Na perspectiva da Secretaria Municipal de Educação, educar para a inclusão significa resistir ao modelo neoliberal marcado pelo individualismo, a competição, a degradação das relações humanas e a submissão da educação à lógica do mercado. Significa, também, contribuir para a construção de uma cultura fundada na solidariedade, na cooperação entre indivíduos, povos e nações. (Revista Educação vol. 3, 2002)

Tomando por base a pesquisa realizado por PAULA (2002), sobre o processo de Inclusão na Educação Infantil Municipal, mais especificamente num Centro de Educação Infantil (C.E.I.), conclui-se que os sentimentos, os valores, as atitudes preconceituosas estiveram presentes em todos os momentos e espaços de implementação do projeto. Acolher e debater as diferentes possibilidades de entrar em contato com a diferença foi a base de ação dos supervisores e coordenadores da proposta. Essa atitude possibilitou quebrar resistências aparentemente simples e objetivas como, por exemplo, a necessidade do conhecimento dos diferentes casos de deficiência e suas manifestações, até outras mais complexas e camufladas, como por exemplo , a dificuldade da comunidade em aderir a proposta por não a considerar adequada para crianças com deficiências. (PAULA, 2002)

A disponibilidade para ouvir, reconhecer as diferenças e aceitá-las, olhar sem preconceitos e se comprometer com a ação coletiva de transformação são condições fundamentais para a criação da cultura da mudança que propomos e acreditamos ser a mais adequada a nossos alunos. (Revista Educação vol. 3, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi realizado com revisão bibliográfica da literatura disponível sobre o assunto e no decorrer da sua execução foi inevitável a reflexão sobre a prática.

O profissional, comprometido com sua missão de educador, deseja desenvolver com esse educando atividades pedagógicas eficientes que possibilitem o progresso do aluno.

A falta de informação sobre os tipos de deficiência e distúrbios contribui muito para a insegurança que toma conta do professor quando recebe um aluno que tem necessidade de intervenções especiais. O medo de fracassar “engessa” o educador e a falta de noção da potencialidade de cada aluno para os tipos diferentes de dificuldade limitam um trabalho mais direcionado.

A circunstância em que esse aluno chega à escola também é fator determinante. Percebo que os casos que são acompanhados por um especialista da área da saúde trazem uma segurança maior para o professor e outros profissionais que vão trabalhar com a criança na escola, quando esses profissionais percebem a importância de fazer chegar ao educador as informações necessárias e pertinentes para o caso específico.

Nós, professores, sabemos que não existem receitas prontas para atender as diferentes deficiências, porém a orientação e o trabalho com uma equipe multidisciplinar, com profissionais da área da saúde, que, junto com os educadores, planejassem e avaliassem as propostas mais indicadas para os alunos portadores de deficiência.

Iniciou-se em 2010 na Rede Municipal de Ensino o Programa Inlui. Baseado em pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação sobre como eram realizados os atendimentos em educação especial, este programa pretende responder a alguns anseios de professores e equipes escolares e, mais do que o suporte essencial ao trabalho, proporcionar a inclusão de alunos especiais com toda a estrutura e cuidados indispensáveis ao seu bom desenvolvimento. Independente da proposta do programa completo, algumas ações tiveram início nas escolas municipais e muito estão contribuindo para que a atenção do professor seja de fato voltada para aquele aluno e seu desenvolvimento.

Há a parceria com a SPDM (Sociedade Paulista para o desenvolvimento da Medicina) que trouxe a presença da equipe de profissionais da saúde em cada região, com a finalidade de avaliar alunos e realizar encaminhamentos necessários à tratamentos, exames e terapias.

Conforme avaliação da necessidade, existem alunos estagiários da Pedagogia para acompanhar e auxiliar o educando especial na realização das atividades de classe, com a função de estimular, instigar e motivar a participação e envolvimento deste aluno em sala de aula.

Para o acompanhamento de alunos com deficiências severas há o AVE (Auxiliar de Vida Escolar), profissional que acompanha e auxilia nos momentos de alimentação, locomoção e higiene.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e Preconceito Na Escola – Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia & FERREIRA, Isabel M. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti . **A Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais na Sala de Aula do Ensino Regular: O Papel do Professor** . Revista Temas Sobre Desenvolvimento, Volume 9, Número 52, Memnon: Set./Out., 2000

FERREIRA, Maria Elisa Caputo & GUIMARÃES, Marly . **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

LOBO, Ana Lúcia Mandacaru. **O Conceito de “Diferente” no Processo de Inclusão e sua Relação com os Diversos Seguimentos Sociais**. Revista Psicopedagogia, 2003

PAULA, Ana Rita de. **Enfrentando o Desafio e Criando Estratégias: Inserção de Crianças com Deficiências nas Creches do Município de São Paulo**. Revista Temas Sobre Desenvolvimento, Volume 11, Número 62, Memnon: Mai./Jun., 2002

PFDC / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Acesso de Pessoas com Deficiência às Classes e Escolas Comuns da Rede Regular de Ensino**. *Brasília*, 2002.

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da Inclusão Escolar**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002

Apresentação do Programa Inlui – Disponível em www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br Acessado em: 08 de mai. de 2026.